

Os lados da bola

Do economista Rudiger Dornbusch:

"As propostas de conversão de parcelas da dívida externa de alguns devedores 'viáveis' em capital de risco, num mercado de segunda-mão, lembram-me um caso delicioso. Um homem comprou um cachorro realmente extraordinário. Quando lhe perguntaram o preço da maravilha, ele confessou, embaraçado: um milhão de dólares. Os amigos ficaram abismados com tamanha loucura, com recibo comprovado. O homem foi aconselhado a desfazer-se do terrível cochilo, devolvendo o cachorro ou descobrindo um novo 'otário'. Caindo na real, o homem cuidou de recuperar pelo menos uma boa parte do dinheiro aplicado. Passada uma semana, ele reaparece todo aliviado, festejando o bom negócio: o cachorro de um milhão de dólares fora trocado por dois magníficos gatos".

A carga injusta

Do ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso:

"Na renegociação da dívida brasileira parece-me perfeitamente viável a proposta de se pagar, doravante, no horizonte de cinco ou sete anos, apenas metade dos juros, reescalando ou capitalizando o restante. O que não me parece viável ou realista é continuar exigindo de um Brasil ainda em construção uma transferência líquida de recursos desviados do investimento interno — que ampliaria a capacidade futura de pagamento da própria dívida. O pagamento integral da massa de juros, nos termos em vigor, significa, no caso brasileiro, uma transferência líquida de 4,5% do PIB. Ora, os demais devedores da América Latina estão cometendo uma transferência de 2,5% no máximo. O Brasil é o melhor risco econômico (e até político) da região e merece transferir tanto quanto os outros".

As duas crises

Do deputado federal Antônio Delfim Netto:

"Não dá para comparar a minha crise com a crise de agora na questão da dívida externa. Em 1982, havia uma crise mundial, com a falência do Terceiro Mundo em bloco, com alguns países comunistas da Europa Oriental de contrapeso. Os bancos suspenderam todos os créditos novos, cobrando os juros em dobro ou em triplo, ao pé da letra. O Brasil estava no meio do tiroteio; não foi um caso especial. O que o Brasil teve de especial? Foi o único a encarar o problema, a assumir a carga política da correção dolorosa de curto prazo (dois ou três anos) para voltar a crescer, com as finanças em ordem. Em 1984, a

economia voltou a crescer de 4,5% no primeiro semestre e de 6,1% no segundo, ganhando impulso para uma expansão de 8,1% em 1985, lembram-se? E com saldos comerciais pagando todos os juros. Tanto assim, que entregamos à Nova República, além das contas em dia, uma reserva cambial de US\$ 8 bilhões. Em resumo: em 1982, a crise veio de fora para dentro, com violência maior que a da crise de 1929. Agora, em 1987, com dólar e juros mais baixos, estamos no vulcão de uma crise fabricada aqui dentro. O resto é desinformação".

O que nos falta

Do ex-presidente do Citicorp, Walter Wriston:

"Assim que a gente desembarca no Rio de Janeiro, aprende logo duas coisas: a primeira, é a de que Deus é brasileiro; a segunda, é a de que o futuro ao Brasil pertence. Depois, percorrendo esta ou aquela parte do Brasil, a gente verifica que o Brasil é, de fato, uma terra privilegiada pelos céus e que vai dar certo a qualquer momento. Quando a gente sobe no avião de volta, a ideia que nos acode é apenas uma: o Brasil tem todos ingredientes para o sucesso. Só lhe falta um: uma política econômica que funcione".

O erro de base

Do economista André Lara Resende:

"Para o FMI, qualquer déficit em conta-corrente indica que o devedor está gastando além de suas possibilidades. Logo, só a recessão por decreto pode reduzir a demanda e eliminar o déficit. Teoricamente, o FMI insiste nesse equívoco: capitular o déficit em conta-corrente como sendo déficit da poupança interna. E mais: considerar o déficit como decorrência de uma explosão de demanda e não, por exemplo, da explosão dos juros internacionais, de deterioração dos termos do intercâmbio comercial ou das práticas protecionistas dos países credores contra os países devedores".

O alvo é outro

Do economista Edmar Bacha:

"As regras do jogo na economia mundial são assimétricas, mas o FMI ainda não foi avisado. Dos países devedores, o Fundo exige uma "rigorosa política de ajustamento" que ajusta alguma coisa no primeiro tempo e desmonta tudo no segundo. Dos países credores, superavitários, que exportam seus desajustes para os países mutuários, o FMI nada exige, nada pressiona nem sequer recomenda. Essa é a patifaria política embutida na crise da dívida. Ela só pode ser denunciada por governos devedores ainda soberanos".